



A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA NATUREZA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

ALINE MUNHÓZ REDÜ¹; CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – alineredu79@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – caroline.terraoliveira@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza um debate sobre a importância do brincar na natureza na primeira infância a partir de estudos teóricos e de uma pesquisa desenvolvida junto ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas. O impulso para o início desse estudo, portanto, partiu da imediata identificação da autora pelo tema estudado e debatido, inicialmente, na disciplina de Educação Ambiental do curso citado. Posteriormente, ocorreu a participação em uma palestra organizada junto à disciplina de Artes nas Infâncias, do mesmo curso. Importante destacar que os estudos proporcionados na universidade estava conseguindo articular a teoria com os anseios da autora como mãe, bem como com as lembranças de uma infância vivida. Referindo-se às memórias de infância da autora, esta fase foi construída em contato com a natureza, com o pé descalço e com o tempo livre para brincar, criar, imaginar e fantasiar.

Por esse motivo venho questionar as formas do brincar da geração atual e como estamos substituindo nossas brincadeiras populares que envolvem socialização e movimento, por telas e brinquedos tecnológicos, no qual as crianças brincam, de forma geral, praticamente sozinhas. Nesta discussão, como aporte teórico, destacamos os seguintes autores: Tiriba (2010), Campos et al (2022), Barros (2018).

2. METODOLOGIA

A metodologia se baseia na abordagem qualitativa e utilizou como procedimentos a pesquisa bibliográfica e o estudo sobre o tema proposto com foco na Educação Ambiental e na importância da relação da criança com a natureza, além de realização de uma entrevista estruturada com um pesquisador da área da Educação Ambiental e proponente do projeto Quintais Brincantes. Além disso, os dados também foram coletados a partir da participação da autora, deste trabalho, na palestra intitulada “Natureza da Infância”. Posteriormente, com a realização de uma entrevista qualitativa, de forma estruturada, buscou-se analisar as concepções, projetos e práticas pedagógicas de Educação Ambiental em espaços formais e não formais de Educação, realizada com o integrante do projeto "Quintais Brincantes", como já destacado. A fundamentação teórica se baseia, especialmente, em autores como Tiriba (2010; 2018), Campos et al. (2022) e Barros (2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade brincar vem se modificando nas últimas décadas e diversas causas para essa mudança podem ser apontadas, uma delas é o aumento da urbanização, no qual as crianças estão crescendo em ambientes pequenos e, muitas vezes, sem pátio, onde se dificulta o brincar na natureza. A diminuição do número de integrantes nas famílias modernas, também chama a atenção, no qual

a infância vem se tornando uma fase, cada dia, mais solitária. A falta de tempo dos pais, as exigências que a sociedade atual impõe – a partir de um ritmo de trabalho intenso, neste cenário, as crianças têm cada vez menos presença dos pais e mais presença de brinquedos, especialmente, tecnológicos, para seu entretenimento. (BLAUTH, 2013). Concomitante a esse estilo de vida, passamos por uma pandemia, o que acelerou a imersão das crianças e adultos no mundo virtual. Durante o primeiro ano de pandemia uma das únicas formas de prevenir o vírus era através do distanciamento social.

Nessa perspectiva a escola se torna um dos poucos espaços, ainda possíveis, de um brincar livre em contato com os elementos da natureza e para a promoção da socialização das crianças. O processo de escolarização das crianças está sendo institucionalizado cada vez mais cedo e, algumas, chegam a passar até dez horas dentro das instituições de Educação Infantil.

Se, em outros tempos, as mães ficavam considerável parte do tempo responsáveis, no espaço da sua residência com os filhos, hoje, poucas estão podendo exercer esses primeiros cuidados, pois estão inseridas no mercado de trabalho. Os pais e avôs já estão inseridos nessa dinâmica do trabalho formal há mais tempo e, como citado por Campos et al. (2022), a maior parte dos participantes de pátios para livre acesso infantil, que são as figuras encarregadas e preocupadas em transmitir as brincadeiras folclóricas, são as mulheres.

Dentre as instituições sociais que mais contribuíram para a possibilidade de constituição de novas oportunidades para as mulheres na sociedade e de formas alternativas de realizar a maternidade estão as creches e as pré-escolas. Afinal, elas desempenham um importante papel na liberação das mulheres como principais responsáveis pela educação das crianças pequenas. (BARBOSA, 2009, p. 17).

A partir desta reflexão, lançamos o seguinte questionamento: Na ausência destas trocas cotidianas – do conhecimento e aprendizagens proporcionados a partir da relação da criança com a natureza, quem irá transferir para as próximas gerações as brincadeiras e cantigas de roda, o aprender a observar a beleza das flores, o contato com a terra e o prazer de cultivar uma horta?

Sobre isso, importante enfatizar as diretrizes constantes na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2018), a qual destaca como competência geral da educação básica, especificamente a de número sete, a consciência socioambiental como princípio imperativo no processo de escolarização. Desse modo, é papel da escola promover o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores que possam promover, nos alunos, a capacidade de:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9).

Assim, frente à importância desse tema, encontra-se o relevante papel da escola de educação infantil, sendo a primeira instituição responsável pelo primeiro contato da criança com o mundo fora da família. Recai à escola, portanto, dentre outras, a tarefa de desemparedar a infância, conforme aponta a pesquisadora Tiriba (2010). Desemparedar consiste em sair da sala de aula, propiciando o brincar livre, no qual os educadores praticam a escuta das crianças, na consciência

do movimento infantil, de promover a criatividade da criança e, assim, fortalecer o seu processo de autoconhecimento. Essa perspectiva, desse modo, de ampliação do contato da criança com a natureza a partir de uma proposta pedagógica que deve estar presente nas escolas de Educação Infantil, possibilita refletir e romper com a visão da natureza como utilitária e contribui para que a criança possa se enxergar enquanto parte de um todo. Neste debate, salientamos que, para as crianças indígenas, o mundo natural e o mundo humano são parte de um só universo, e que os seres humanos não são tão separados dos demais seres vivos como as culturas ocidentais acreditam (BARROS, 2018). Ainda ressalta que, as crianças Tupinambás tem uma condição de biofilia promovida pelo contato íntimo e contínuo com o mundo natural.

O entrevistado, que é proponente do projeto Quintais brincantes, quando perguntado sobre quais seriam as necessidades dos professores para explorar a Educação Ambiental em sala de aula, cita que a principal é sair da sala de aula e criar vínculos reais das crianças com a natureza através de um planejamento intencional e específico.

O professor entende a sala como o local principal da aprendizagem da criança, já a criança enxerga o pátio como local onde as relações acontecem, onde existem as trocas espontâneas e a liberdade do movimento. (BARBOSA, 2009).

O fazer brincante na natureza não ofereceu informações a serem reconhecidas e acumuladas, mas possibilitou o encontro com uma experiência de sentidos intransferível porque apropriados de uma relação com o mundo e, essa relação é inseparável das corporeidades, das sonoridades, das materialidades, da linguagem. (SANTOS, 2019).

A natureza propicia as experiências sensoriais e de movimento que a Educação Infantil necessita. Acolhendo nossos movimentos livres, nossos silêncios e momentos de calmaria, sendo assim, tornam-se locais de mais fácil acolhimento a crianças neurodivergentes. A inclusão nas escolas é obrigatória e vai além de dividir o espaço e, em um contexto de escuta e respeito ao tempo da criança, a inclusão passa a ser genuína. Esta reflexão é apontada por um estudo realizado, em parceria entre a Universidade de Aveiro, a Universidade Vale do Taquari e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A referida investigação evidencia resultados positivos sobre a interferência da natureza no comportamento de crianças com TDAH. Segundo SENO (2010) o transtorno caracteriza-se por: "Falta de perseverança nas atividades que exigem envolvimento cognitivo e tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade global desorganizada, incoordenada e excessiva". (SENO, 2010, p. 335). A pesquisa citada apresenta o seguinte resultado: as crianças foram beneficiadas por "doses" de natureza, com maior qualidade nos seus processos cognitivos, sociais e afetivos. Não somente as crianças com TDHA, mas todas foram beneficiadas e tiveram desempenhos melhores, após vivenciarem processos de interação com a natureza. Importante ressaltar que a Educação Ambiental é um direito da criança desde a educação infantil, sendo assegurada pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 1999), a qual afirma que: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal."

4.CONCLUSÕES

Ficam evidentes os benefícios do brincar livre e na natureza para as infâncias. Para a criança obter um desenvolvimento pleno deve estar inserida no contexto social e ambiental em que vive, neste sentido, cabe também às escolas de Educação Infantil resgatarem essa conexão com a comunidade local e sua ancestralidade. Fazer essa reformulação na escola atual que vem seguindo o mesmo padrão desde de o início da sua existência é uma tarefa com muitos percalços e desafios. Porém, não pode ser negada à criança a alegria do brincar na natureza, deve ser devolvida à infância a autonomia dos seus movimentos em um livre brincar.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Maria Isabel Amando. **Desemparedamento da infância:** a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro: Instituto Alana, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CAMPOS, Ana Paula et al. **Quintais Brincantes:** Sobrevoos por vivências educativas brasileiras. Brasil, 2022. Disponível em:
<https://criancaenatureza.org.br/acervo/quintaisbrincantes/>

DAMASCENO, Monica; MAZZARINO, Jane; FIGUEIREDO, Aida. Interferências da Natureza no Comportamento de Crianças com TDAH: Estudo de Caso no Nordeste Brasileiro. São Paulo: **Ambiente e Sociedade**, 2022.

TIRIBA, Léa. **Crianças da natureza.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento. Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

BLAUTH, Guilherme. **Jardim das brincadeiras.** Edição do autor. Brasil, 2013. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/pt/acervo/jardim-das-brincadeiras/>

UFRGS. PRÁTICAS COTIDIANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares-**. Portal do Mec, Brasília, 2009. Acessado em 23 set. 2023. Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf

SENO, M.P. Transtorno do deficit de atenção e hiperatividade (TDHA): O que os educadores sabem?. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v.27, n.84, p. 334 – 343, 2010.

SANTOS, E.S. **CRIANÇA E NATUREZA:uma experiência em educação infantil.** 2019. 70 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) -Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.